



ESPECIAL SAÚDE

Indústria química: Cresce a produção, mas não cresce a proteção

TRABALHADORES SUJEITOS A TODO TIPO DE ACIDENTES POR FALTA DE INVESTIMENTO EM SEGURANÇA

A indústria química no Brasil utilizou 82% da sua capacidade produtiva no primeiro semestre do ano, aumentando o faturamento em 16,8%. A Abiquim (Associação Brasileira das Indústrias Químicas) projeta investimentos de US\$ 167 bilhões entre 2010 e 2020, com estimativa de criação de dois milhões de empregos. A indústria química deverá figurar entre as cinco maiores do mundo. Mas, como fica a segurança do trabalhador?

Leia na página 3



Se o perigo mora ao lado, denuncie...



Após a explosão da Di-All Química, em Diadema, o Sindicato propôs um projeto de lei que cria um canal de comunicação entre população e órgãos públicos. O projeto, aprovado pela Câmara de Diadema, agora está sendo apresentado a outros municípios da Grande São Paulo.

Leia na página 7

**Sindicato devolve imposto
sindical aos sócios**
Pág. 2

**Entrevista com trabalhador da
BASF Demarchi**
Pág. 5

**Saúde é tema de conferência
em Diadema**
Pág. 4

Mais segurança no setor plástico
Pág. 6

Sindicato discute nanotecnologias
Pág. 8

Mais proteção, pela lei e pela ação

Apesar das iniciativas legais e das vistorias técnicas e de formação e informação desse sindicato e do próprio governo federal e de algumas prefeituras, os acidentes de trabalho, contaminações ambientais e doenças relacionadas ao trabalho continuam causando danos irreparáveis aos trabalhadores e suas famílias.

Além disso, geram enorme prejuízo para o País em termos econômicos, sociais e ambientais. Muitas empresas, grandes e pequenas, negligenciam ou tratam de forma burocrática a gestão da segurança e a vigilância ambiental e de saúde. Somente depois de notificadas, autuadas ou interditadas pelas autoridades públicas ou sindicatos, é que adotam medidas adequadas de proteção.

Por isso não podemos baixar a guarda e deixar de levar a sério as eleições de membros da CIPA ou do SUR, quando temos a oportunidade de escolher entre os nossos, aqueles que nos representarão frente à gerência, frente ao engenheiro ou ao médico que priorizam a produção e a empresa

em detrimento da nossa saúde e segurança.

Também não podemos deixar de informar o Sindicato quando alguma anormalidade acontece na produção que pode colocar em risco a segurança e o meio ambiente, ou quando um dispositivo de segurança é neutralizado por ordem da chefia ou patrão.

Ou, pior ainda, no caso de um acidente de trabalho ou do aparecimento de sinais e sintomas (dores, alterações sanguíneas etc.) que podem estar anunciando uma futura doença profissional, como surdez, LER/DORT ou benzenismo. Doenças essas, cuja cura ou reversibilidade é muito remota, o que acaba prejudicando a pessoa por toda a vida.

Daí a necessidade de aumentar a proteção, seja pela lei, seja pela ação do Sindicato e dos órgãos públicos de governo, como informamos nesse Sindiquim Especial Saúde, para o qual pedimos a sua leitura atenta. Esperamos que isso possa resultar em ações de denúncia ao Conselho Municipal de Segurança Pública (COMUSP) de Diadema



a existência de fábricas ou depósitos clandestinos de produtos; denunciando o médico ou a empresa que não notifica o acidente ou a doença do trabalho; ou aquela que não cumpre as convenções coletivas relativas a prevenções de acidentes em máquinas injetoras, sopradoras e moinhos de plásticos, além das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Não deixe de usufruir do seu direito de obter informações sobre

os resultados dos seus exames médicos junto à empresa. Exija também cópia do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, que descreve suas condições de trabalho e os riscos a que está exposto na sua atividade.

José Freire da Silva
Secretário de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente

Sindicato devolve Imposto Sindical aos sócios

O VALOR SERÁ PAGO EM CHEQUE NOMINAL NA SEDE DO SINDICATO. PARA RECEBER É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DO HOLERITE DE MARÇO/2010, DE UM DOCUMENTO COM FOTO E DA CARTEIRINHA DE SÓCIO

De 23 de agosto a 8 de outubro, o Sindicato dos Químicos do ABC estará devolvendo aos sócios/as a parte do Imposto Sindical destinada à entidade. O Imposto Sindical é aquele desconto de um dia de trabalho do salário de março. Parte desse dinheiro (60%) vem para o caixa do Sindicato; dos 40% restantes, 15% vai para a Federação, 10% para as centrais sindicais, 10% é destinado ao Ministério do Trabalho e Emprego e 5% para a Confederação. Confira abaixo a lista de empresas para a devolução. Nos próximos números estaremos divulgando outros nomes. O horário para recebimento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h.

ACRILEX
ADONILCOR
ADORNUS
AFA PLASTICOS
AGRIS
AGRO BRAIDO
AKZONOBEL
ALAMAR
ALCAN/AMCOR
ALPESO
ARGAL
ARTECOLA
AUTOMETAL
BANDEIRANTE QUIMICA
BASF DERMARCHI
BASF POLIURETANOS
BELFANO
BERKEL
BETULLA
BHERLIM
BIANCO
BORDO PLAST
BRASCOLA
BRASOXIDOS
CANOPUS
CAPA CENTRO
C.B.C
C.T.Q
CABOT
CAPA-CENTRO
CARPELA
CASTERFLEX
CHANDAL
CHEVRON
CHUSMA
CLODAM
COFLEX
COLGATE

COLORBASE
COMPONENT
CORTEVIVO
CREATIVE
CROMATO
D&R
DAICOLOR
DOVAC
DYNEA
ECO-FILL
ELMATEC
EMPLAMOLD
EUCLIDES JORDAO
FAMA
FARBER CHEMIE
FORMAT
FORMIQUIMICA
FULL COAT
GENSYS
GERBER
GRAO TECNICO
HELIOCOLOR
HENDRIX
HENKEL
HIDROPING
HIG COLOR
HOLL MEYER
HOUGHTON
HURNER
I.O.B.C
IBRAQUIMICA
ICL
INAFLEX
INBRA QUIMICA
INTERCOLOR
ISOPLAST
JT
JOVINAPLAST

KNAUF-ISOPOR
L&M
LAMIPOL
LIPSON
LUKNOVA
LUXTEL
M.C.A
MADEX
MALAVASI
MARCIA AP PRADO
MASTIFLEX
MAXI RUBBER
MIL-PLAST
MORGEL
NAZCA
NOBILE
NORBAY
OLSA BRASIL
ORIENTALTEC
OXIGEN
OXITENO
PQ.T
PERFIL-LINE
PERMATTI
PERTECH
PLASCOMCOR
PLASJOPE
PLASKING
PLASMIX
PLASPINT
PLASTEC
PLASTFAMA
PLASTICOS ESTRELA
PLASTICOS FORMAR
PLASTICOS IBRACIL
PLASTICOS LUCONI
PLASTICOS MAUA
PLASTICOS NOVACOR

PLASTICOS REGINA
PLASTICOS RENATO MASSINI
PLASTICOS SIDERAL
PLASTIQUIMICA
PLURY QUIMICA
POLY BLOW
POLIEMBALAGENS
POLY-EPOXI
POLYSYSTEM
PP FILME
PRETTY GLASS
PRINTCOR
PRINTEK
PROMO-INFLAVEIS
PROMOTOYO
PROTHAL
PMANZINI
Q.G.N
QUATTOR PARTICIPAÇÕES
QUATTOR PETROQUIMICA
QUATTOR QUIMICA
QUIMIONAL
RECYCLEAN
REPET
RESARLUX
RESIPLASTIC
RHODIA POLIAMIDA
ROTTIS
ROYTON
RUBI
RYT-PAK
SANFIL
SATURNO
SCANDIFLEX
SFORPLAST
SG PLASTICOS
SHERWIN WILLIAMS
SINIMPLAST/GLOBALPACK

SOLPLAS
SOLVAY INDUPA
SOPLAST
SORIANI & OLIVEIRA
SPANDY PECAS
SPARTEX
SQUADRONI
STRINGAL
SULAN
SULFIX
SURTEC
TAKAFER
TANQUIMICA
TC ACRILICOS
TECNOFON
TEC-PAN
TEFORM
THAYANE
THE VALSPAR
THERASKIN
TINTAS ANCORA
TINTAS PAUMAR
TIRRENO
TOYO INFLAVEIS
TRANSCOR
TREDGAR
TRM RESINAS
TUPAHUE TINTAS
UCI-FARMA
UNIAO QUIMICA
UNIPOLI
UNIQUEMICA
VIVACOR
WHITE MARTINS
ZURICH

Expediente

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas, Farmacêuticas, Tintas e Vernizes, Plásticos, Resinas Sintéticas, Explosivos e Similares do ABCD, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Presidente: Paulo Antônio Lage

Secretário Geral e de Imprensa: Sidney Araújo dos Santos

Jornalista: Ariovaldo Malaquias (MTB 12.758)

Colaboração: Nilton Freitas, Thomaz Ferreira Jensen e André Araújo de Almeida

Projeto Gráfico e Diagramação: Maria Cristina Colameo

Fotografia: Dino Santos

Ilustração: Márcio Baraldi

Redação: Av. Lino Jardim, 401 - S. André - SP - CEP: 09041-030 - Tel.: 4433-5800

E-mail: imprensa@quimicosabc.org.br

site: www.quimicosabc.org.br

CTP e impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares - Permitida a reprodução desde que citada a fonte. O jornal não se responsabiliza por declarações de terceiros e matérias assinadas.

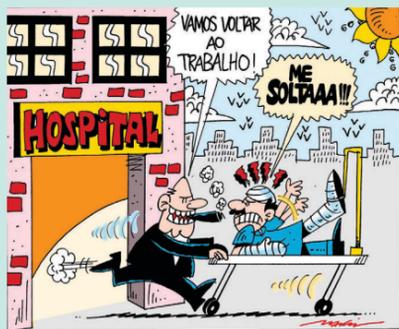


Um prejuízo social irreparável

TODOS OS ANOS MILHARES DE TRABALHADORES SÃO MORTOS OU ADOECEM E FICAM INCAPACITADOS PARA O TRABALHO

Não podemos negar que a economia brasileira vai muito bem. Os setores produtivos estão empregando e lucrando como nunca. Entretanto, continua a nossa luta para garantir a qualidade dos postos de trabalho, onde milhares de trabalhadores adoecem, ficam inválidos e até morrem em decorrência de acidentes, especialmente na categoria química.

Os números de acidentes revelam o total despreparo e falta de prioridade das empresas em relação às questões de segurança no trabalho. Somente em 2008 foram registrados no País 747 mil aciden-



tes, com 2.757 mortes e 12.071 casos de trabalhadores (as) que sofreram incapacidade permanente.

Neste mesmo ano foram gastos 46 bilhões de reais em despesas com assistência médica, benefícios por incapacidade temporária ou permanente, e pensões por morte de trabalhadores vítimas das más condições de trabalho (os dados abrangem somente os regidos pela CLT e notificados junto à Previdência Social).

E essa conta é paga por toda a sociedade.

Sindicato na luta

Os altos índices de acidentes de trabalho significam um prejuízo social irreparável. Mas, o acidente no trabalho não é fatalidade; ele pode ser evitado.

O Sindicato dos Químicos do ABC tem mobilizado a categoria num esforço para reverter esses índices através de lutas nas fábricas e nas instâncias de governo, propondo e defendendo mudanças na legislação.

São conquistas do nosso Sindicato e da categoria química o Direito de Recusa – lei que dá respaldo ao trabalhador que se recusa a trabalhar sob risco iminente, o Acordo Nacional Tripartite do Benzeno, as convenções de segurança do setor plástico etc.

Não se deixe intimidar

O Sindicato orienta e alerta a categoria de forma constante sobre os perigos de se trabalhar doente ou em situação de risco. Não se deixe intimidar. Lembre-se que a lei dá todo o respaldo a quem se recusa a trabalhar doente ou em local não compatível.

A organização é nossa arma

O Sindicato reivindica do Estado, nas esferas municipal, estadual e federal, ações de proteção a saúde do trabalhador. Também incentiva a categoria a participar das organizações na fábrica que lutam pela melhoria da saúde e condições de trabalho. Entre elas, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), o Sistema Único de Representação (SUR) e a Comissão de Fábrica.

A organização é a nossa melhor arma na luta por um ambiente de trabalho saudável.

LIPSON:

Acidente fatal revela falha na proteção

Um acidente na Lipson Cosméticos, em Diadema, custou a vida de um trabalhador por traumatismo craniano. Ele foi atingido por uma barra de referência de um torno. O acidentado aguardava a conclusão do lixamento de uma peça solicitada ao operador. De acordo com o relatório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Bernardo do Campo (ex-DRT), com o apoio da CIPA, foram identificadas falhas no equipamento e no local de trabalho:

- Falta de proteção no equipamento para evitar que a barra de referência pudesse alcançar trabalhadores próximos;
- Falta de alerta no torno, indicando o risco de operar com material acoplado no eixo-árvore;
- Falta de demarcação das áreas dos equipamentos da manutenção, restringindo acesso aos operadores;
- Interrupções constantes na rotina de trabalho do operador;
- Adoção de procedimento sem a devida avaliação dos riscos

Incêndio

O Sindicato também está solicitando da Lipson esclarecimentos sobre um incêndio ocorrido em 22/06. Segundo testemunhas, para dar combate ao fogo foram mobilizados todos os brigadistas.

O Sindicato também solicitou da empresa as Comunicações de Acidentes do Trabalho (CATs) emitidas em razão de doenças ou acidentes de 2005 a 2010 (Lei nº 8.213).



Trabalhadores chegam ao trabalho na Lipson

BRASKEM:

Dispositivos falhos causam acidente

Após inspeção nos setores de fabricações de resina hidrocarbônica da Braskem (ex- Quattor/PQU), onde um grave acidente (11/06) decepcionou a mão de um trabalhador, o Sindicato dos Químicos do ABC solicitou à empresa a interdição das duas máquinas do setor por apresentarem diversas irregularidades.

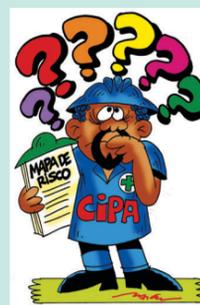
Segundo o relatório técnico, as pastilhadoras PA 801 (onde ocorreu o acidente) e PA 812 tinham partes móveis expostas, escadas e plataformas deterioradas e dispositivos de segurança ineficazes.

“Em reunião com os diretores da empresa, comunicamos que tanto as máquinas como o ambiente de trabalho estavam em total descumprimento com as exigências das legislações vigentes e pedimos a interdição das pastilhadoras”, comentou o Secretário de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente do Sindicato, José Freire.

3 D:

Solicitação de interdição

O Sindicato pediu a interdição das máquinas injetoras da empresa 3 D, Comércio de Plásticos Ltda, após inspeção (24/06) do Técnico de Segurança do Trabalho na fábrica. Ele verificou total descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho sobre prevenção de acidentes em máquinas injetoras de plástico e demais legislações.



Mais acidentes graves

O Sindicato recebeu denúncia de vários outros acidentes ocorridos em empresas da categoria, entre elas a Tredegar, Pertech e EMS. Se tiver conhecimento de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, denuncie ao Sindicato: 4433-5800.

Sindicatos sugerem melhorias na saúde em Diadema

ELES FIZERAM 45 PROPOSTAS ESPECÍFICAS SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR (A) PARA SEREM IMPLANTADAS NO MUNICÍPIO

A 7ª Conferência de Saúde de Diadema, organizada pela Secretaria de Saúde do Município realizada de 28 a 30 de maio, contou com a participação de representantes dos usuários do sistema, de trabalhadores da área e de gestores dos serviços. Entre as propostas aprovadas na Conferência, 45 delas foram feitas pelos sindicatos da região.

José Freire, secretário de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente do Sindicato dos Químicos do ABC, explica que muitas das propostas nasceram de reivindicações dos trabalhadores. “Uma delas é a inclusão dos impactos físicos e emocionais como fator de risco ocupacional, resultantes de assédio moral e da violência física e mental sofrida pelos trabalhadores”.

Conheça algumas das propostas:

- Melhorar a atenção com a saúde bucal (próteses totais, alterações de tecido mole etc.) com capacitação de dentistas e auxiliares.
- Qualificar ações de vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador e prevenção de DST/AIDS e hepatites A e B.
- Garantir remuneração de funcionários sobre atividades fora da jornada de trabalho
- Promover a adaptação nas unidades para acessibilidade de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos através de rampas e elevadores.
- Articular a sociedade civil na construção de uma rede que integre todos os setores envolvidos com a saúde ambiental.
- Banir totalmente o uso e a comercialização de amianto no município.
- Constituir um núcleo de reabilitação física, mental e funcional, com equipe multiprofissional.
- Erradicar e fiscalizar o trabalho infantil através da criação de uma comissão interdisciplinar e intersetorial para cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Incluir como fator de risco



ocupacional os impactos físicos e emocionais na saúde, resultantes de assédio moral e violência física e mental.

- Construir parceria com o INSS para tratar das questões das pessoas com transtornos mentais.
- Estabelecer política de valorização profissional dos trabalhadores profissionais em vigilância em saúde.
- Estruturar o núcleo de vigilância em saúde ambiental com equipe mínima de técnicos.
- Incentivar ações conjuntas de saúde através do departamento

de vigilância junto às UBSs.

- Instituir grupo de trabalho de vigilância em saúde ambiental nos órgãos públicos.
- Produzir boletim epidemiológico através da vigilância e garantir distribuição na rede.
- Promover amplo debate sobre a integração das vigilâncias.
- Realizar campanha educativa sobre a reciclagem do lixo.
- Criar espaço para divulgação das informações da vigilância em saúde no site da Prefeitura de Diadema.

Ambiente de trabalho seguro é meta do governo

FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) MUDA CÁLCULO E PENALIZA EMPRESAS COM ALTO ÍNDICE DE ACIDENTES

Desde 1º de janeiro está em vigor o novo FAP (Fator Acidentário de Prevenção), que muda a forma de cálculo do valor recolhido pelas empresas ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho). Essa importante contribuição vai para o INSS – Instituto Nacional de Previdência Social, que financia os custos de acidentabilidade (auxílio doença acidentária; aposentadoria por in-

validez acidentária; auxílio acidente e aposentadoria especial).

Novidade

Com a nova política, o valor da contribuição depende diretamente das condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores. A classificação é feita segundo o grau de risco (FAP) atribuído a cada empresa. De acordo com esse risco ela recolhe de 1 a 3% da folha de pagamento (SAT). Ou seja, se a empresa investir em um ambiente saudável poderá ter sua alíquota reduzida em até 50%, caso contrário poderá ter a alíquota dobrada.

Como funciona?

Uma vez a cada ano o governo vai contabilizar o número de acidentes por empresa; o tempo que os acidentados ficaram afastados; e os custos para o INSS. Mas somente vão valer para o cálculo da nova alíquota os acidentes devidamente registrados no INSS.

Objetivo

O Brasil tem um dos maiores índices de acidentes do trabalho no mundo. O objetivo do governo é mudar esse quadro, incentivando as empresas a investir em ambien-

tes de trabalho seguros. Com isso, ganham os patrões, os trabalhadores e toda a sociedade.

De olho na empresa

Todo trabalhador deve ficar atento ao comportamento da empresa, denunciando aquela que não estiver notificando acidentes de trabalho. O trabalhador também deve recusar o chamado trabalho compatível (recuperação da saúde na fábrica). E fundamental exigir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Exija os seus direitos

Quando o trabalhador é afastado por acidente de trabalho, de percurso ou doença profissional, ele deve observar o seguinte:

- No afastamento por até 15 dias, o pagamento é de responsabilidade da empresa;
- A partir do 16º dia, o trabalhador deve agendar uma avaliação médica (perícia) no INSS pelo telefone 135, internet ou pessoalmente;
- O benefício a ser requerido é o **B-91** (Auxílio-doença Acidentário), pois esse código garante: estabilidade de um ano a partir do dia do retorno ao trabalho; recolhimento do FGTS durante o período de afastamento; direito de receber o valor integral da PLR.
- A CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) deve ser encaminhada junto com o requerimento de benefício.

Qualquer dúvida ligue para a Secretaria de Saúde do Sindicato: 4433-5813

Menos trabalho, mais vida

Jornadas de trabalho extensas, intensas e imprevisíveis têm causado muitos acidentes, às vezes fatais, e doenças ao trabalhador (estresse, depressão, hipertensão, distúrbios do sono e lesão por esforços repetitivos, por exemplo).

A redução da jornada para 40 horas diminui os acidentes no trabalho, os gastos com saúde e melhora a qualidade de vida do trabalhador. Proporciona mais tempo para qualificação, para ficar com a família, o lazer etc. A redução cria novos empregos, distribui melhor a renda e ajuda no crescimento econômico do país.



“O direito não socorre quem dorme”

EDSON GOMES DE LIMA É TRABALHADOR DA BASF HÁ MAIS DE DEZ ANOS. APÓS CINCO HÉRNIAS DE DISCO E HEPATITE B ADQUIRIDAS NO TRABALHO, EM 2004 ELE FOI DEMITIDO. EDSON ENTROU COM AÇÃO TRABALHISTA E FOI REINTEGRADO EM 2010. ACOMPANHE:

Sindicium – Como você adquiriu doenças no trabalho?

Edson – Comecei a trabalhar na BASF em 94, como ajudante de produção no envasamento. Serviço pesado; rolava tambor de mais de 200 quilos. Em 95 fui promovido a operador de empilhadeira, mas o salário continuou o mesmo até 98. Eles me tiravam da empilhadeira e jogavam na produção quando queriam. Adquiri fortes lesões na coluna, cinco hérnias de disco. O problema se agravou, fiz exames precisos, ressonância, mas fui guardando os resultados com medo de perder o emprego. Continuei trabalhando; toma um analgésico aqui, outro ali, e vai levando... É errado, não é correto. Eu não aconselho ninguém a fazer isso. Se estiver com problema, se afasta.

S – Como contraiu hepatite?

R – Descobri a hepatite B em 95, através do exame periódico na empresa. Faço acompanhamento até hoje. É uma coisa delicada e constrangedora para mim. Na minha avaliação, a hepatite teve como causa o contato diário com produtos químicos. Eu manuseava solvente recuperado nas lavagens de tachos, além de contato com todo tipo de matéria prima. Usava máscara, mas certos tipos de con-

taminação não são evitados com o EPI (Equipamento de Proteção Individual), porque se dão por via cutânea.

S – Você comunicou à empresa?

R – Sim. O médico restringiu o contato com produtos químicos. Mesmo sabendo disso, a empresa colocou-me no setor de tintas automobilísticas. A chefia da Basf pressionava, obrigando-me a fazer o que não era mais a minha função. As coisas só pioravam; eu já não aguentava mais as dores na coluna, o esforço físico e o contato direto com produtos químicos.

S – Qual o procedimento da BASF?

R – Na época eu implorei à empresa para abrir a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), mas ela não atendeu. Entrei na Previdência com o auxílio doença comum, o B31, quando deveria ser por doença do trabalho, o B91. O Juiz afirmou nos autos que eu fui prejudicado. Agora, quero ser a locomotiva de futuras reintegrações na Basf. Ajudar a cada companheiro que, por falta de informação, não sabe como reivindicar seus direitos.

S – O que você fez quando foi demitido?



R – Depois de trabalhar na BASF mais de dez anos e ter a capacidade de trabalho comprometida, em 2004 fui demitido. O motivo alegado foi a minha “falta de performance”. Você é novo, o mercado de trabalho está em ascensão, me disseram. O que eu fiz? Fui lutar pelos meus direitos. O direito não socorre quem dorme. Entrei de imediato com um processo de reintegração por acidente de trabalho. Teve muita manobra do Jurídico da empresa. No dia da perícia, a Basf não deixou a perita designada pelo Juiz entrar. Marcamos nova perícia para quase um ano depois. Na segunda perícia, a Basf ainda quis resistir, mas a perita disse: ou eu entro ou vou usar de força maior. A perícia foi feita.

S – Você tem condições de trabalhar?

R – Fui reintegrado pela Justiça no dia 12 de julho desse ano, mas estou afastado pelo INSS até de-

zembro. Voltarei para uma função compatível com o meu estado de saúde. No momento não me acho em condições de trabalhar, pois ainda sofro muitas dores. Faço tratamentos alternativos para as hérnias. Alguns neurocirurgiões me disseram que não há garantias de sucesso na cirurgia. Sobre a hepatite, o acompanhamento médico é pelo resto da vida; a cada cinco anos faço biópsia.

S – Você teve problemas sociais por causa da doença?

R – Sou casado e tenho um filho. O trabalho é o bem maior de todo ser humano, mas o meu foi ceifado pela Basf. Uma situação difícil, pois fiquei sem o plano de saúde, dependendo do SUS, tinha dificuldade para marcar consultas. Lembro que fiquei esperando mais de um ano para fazer um exame no SUS porque não podia pagar. Aliviou a situação quando comecei a receber o auxílio doença.

SINDICATO:

Trabalhar doente é o pior caminho

O SECRETÁRIO DE SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO SINDICATO JOSÉ FREIRE MOSTRA PORQUE NÃO SE DEVE TRABALHAR DOENTE.



Sindicium – São comuns as doenças do trabalho?

Freire – Sim. Muito mais comuns do que muitos imaginam. Para boa parte das empresas considera o trabalhador (a) como uma máquina, um equipamento, que deve ser substituída quando apresenta defeito.

S – Esse caso da BASF é um exemplo?

F – Neste acidente, chama atenção o tipo de política anti-social praticado por uma multinacional de grande porte como a BASF. São inadmissíveis as manobras adotadas pela empresa para descaracterizar o problema, não abrindo a CAT (Comunicação de

Acidente de Trabalho) e ainda fazendo oposição à perícia médica judicial.

S – Qual a orientação que você dá à categoria?

F – Muito simples. A nossa saúde está sempre em primeiro lugar. Não trabalhe com atestado no bolso ou deixe de procurar o médico por medo de perder o emprego. Se o trabalhador (a) o fizer, somente vai agravar o problema. Quando o problema vier à tona, ele (a) perderá o emprego. Esta entrevista do Edson deve servir de alerta. Por mais importante que seja o trabalho em nossas vidas, sem saúde não vamos a lugar algum.

MEIO AMBIENTE

Acidentes químicos na mira do governo

Autoridades públicas e representantes da sociedade civil e do setor empresarial discutiram a primeira versão do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2). A idéia do plano nasceu após o acidente com uma carreta que transportava amônia, na rodovia que liga MG ao ES. O objetivo do governo é aproximar estados, municípios, população e empresas na elaboração de planos de ações emergenciais, a fim de prevenir danos de acidentes.

Categoria conquista mais segurança

COMISSÃO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO(CPN) BUSCA A ELIMINAÇÃO DOS RISCOS NO SETOR

Com a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho de Segurança em Máquinas Injetoras de Plástico, nos anos 90, os acidentes graves com estas máquinas diminuíram drasticamente. Mas a grande sacada foi a criação de uma Comissão que discutisse de forma permanente os resultados, adequações necessárias e a necessidade ou não de outros dispositivos de segurança.

O trabalho da Comissão deu certo, com resultados impressionantes. Agora falta apenas a assinatura de uma Convenção para concluirmos as exigências de segurança em todas as máquinas do setor. A idéia é que as convenções acompanham a Norma Regulamentadora N° 12, para ganhar validade nacional.

Capacitação e direito à informação

Atenção: os cursos de capacitação para o trabalho com máquinas injetoras, sopradoras e moínhos devem ser ministrados por profissionais devidamente habilitados pela CPN.

Selos de segurança

Toda máquina injetora, sopradora e moínho deve ter afixado, em local visível, o Selo de Segurança fornecido pela CPN (Comissão Permanente de Negociação).



Garantir cumprimento das convenções

As empresas devem proporcionar condições e garantias para que os trabalhadores e seus representantes façam a checagem periódica dos itens previstos na convenção.

Direito de estabilidade no emprego

Trabalhadores que sofrerem acidente no trabalho com máquinas injetoras, sopradoras e moínhos têm direito à estabilidade no



Moinho: máquina de moagem de plástico

emprego. Mas se ficar comprovado pela CPN que o acidente foi causado por desobediência às normas de proteção especificadas na convenção, o trabalhador não terá direito ao estabelecido nas convenções.

Penalidades para empresas

As empresas pagarão multas que variam de 2 a 15 salários normativos da categoria caso deixem de cumprir alguma cláusula prevista nas convenções. Em caso de reincidência, o valor será em dobro.

Ação Civil Pública garante auxílio-doença

TRABALHADOR (A) CONTINUA RECEBENDO ATÉ FAZER NOVA PERÍCIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) definiu uma nova forma de pagamento dos benefícios do auxílio-doença para o trabalhador afastado. Com a Resolução n° 97, publicada no Diário Oficial da União em 20/07, acaba o corte automático do benefício para quem estiver esperando por nova perícia médica.

Mas atenção:

A nova regra só vale para quem fez o Pedido de Prorrogação (PP). Ou seja, para aquele trabalhador (a) que já está em benefício com data para cessar, mas que não se sentiu apto a voltar ao trabalho. Nesse caso, o trabalhador (a) deve solicitar a continuidade do benefício a partir de 15 dias antes de vencer o prazo da Alta Programada, o que significa marcar uma nova perícia.

APOSENTADORIA ESPECIAL:

Trabalhador deve exigir PPP preenchido e atualizado

SINDICATO PEDE VIA ATUALIZADA E AUTÊNTICA DE DOCUMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO

A aposentadoria especial é o benefício concedido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para ter esse direito, deve-se comprovar o tempo de trabalho e a exposição aos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos).



O que é o PPP?

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é o documento de comprovação da exposição do trabalhador aos agentes nocivos, e deve ser apresentado ao INSS no pedido da aposentadoria especial.

Toda empresa está obrigada por lei a preencher e atualizar o PPP, feito com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. No documento devem estar reunidos os dados, registros ambientais, resultados de monitoração biológica no local de trabalho etc.. Isso durante todo o período de atividade exercido pelo trabalhador.

Homologação

O Sindicato também exige uma via do PPP atualizada e autêntica (não pode ser cópia) no ato de homologação da rescisão do contrato de trabalho.

Cerest: 25 anos a serviço do trabalhador

Em 1985, nascia em São Bernardo do Campo o primeiro serviço público voltado exclusivamente à saúde do trabalhador. Este programa teve grande importância na criação do Cerest – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Não menos importante para a fundação da entidade foi a luta dos trabalhadores químicos do ABC no combate à intoxicação nas fábricas por chumbo, mercúrio e outros metais pesados.

Hoje, a atenção à saúde do trabalhador através dos Cerests se transformou num importante serviço social em diversos municípios. Ele prioriza a participação social, a prevenção e o atendimento.

Agora, o Cerest de São Bernardo do Campo lança em todos os serviços públicos de saúde o RAAT- Relatório de Atendimento a Acidente de Trabalho. Este documento deve ser preenchido quando um trabalhador vítima de acidente ou doença do trabalho é atendido na Unidade Básica de Saúde (UBS), Pronto Socorro (PS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), hospital etc.

O trabalhador deve informar a relação entre o seu problema de saúde e o seu trabalho, facilitando um diagnóstico mais preciso.



Unidades do Cerest na região do ABCD

Ao ser atendido, informe todos os problemas de saúde relacionados ao trabalho

Cerest Santo André

Al. Vieira de Carvalho, 170, Santa Terezinha – tel: 4996-4853

Cerest São Bernardo do Campo

Rua Wenceslau Braz, 170, Vila Quirino de Lima – tel: 4128-7748 (próximo do Sindicato dos Metalúrgicos)

Cerest Diadema

Av. Antônio Piranga, 700, 3º andar, Centro – tel: 4043-8173

Cerest Mauá

Av. Dom José Gaspar, 869, Jardim Pilar – tel: 4555-8453 e 4513-7969

Se o perigo mora ao lado, denuncie...!

SINDICATO PROPÕE PROJETO DE LEI, APROVADO EM DIADEMA, QUE PODE SER ESTENDIDO A OUTROS MUNICÍPIOS

A lei que cria um canal de comunicação para os cidadãos informarem situações de risco às autoridades competentes, já em vigor em Diadema, pode ser estendida para todo o ABCD e cidades próximas. Paulo Lage, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC explica (*entrevista abaixo*) que a lei foi pensada pelo Sindicato a partir da explosão seguida de incêndio na Di-all Química em março do ano passado.

A lei insere entre as atribuições dos conselhos municipais de segurança pública a dimensão do risco de acidente industrial ampliado, de desmoronamento e inundações. Dessa forma, o cidadão que desconfiar de alguma empresa ou negócio que pode colocar em risco a sua casa ou a escola dos seus filhos, por exemplo, deve denunciar ao conselho que adotará de imediato as providências.

Por que o acidente ocorrido em Diadema motivou essa proposta?

Paulo Lage – Os próprios moradores do entorno da Di-All Química comentaram comigo que havia uma desconfiança sobre o que continham os tambores que entravam e saíam do local quase que diariamente, mas não sabiam com quem



Paulo Lage

conversar e nem imaginavam o risco a que estavam expostos. Daí a idéia de criar esse canal de comunicação, algo como “se o perigo mora ao lado, denuncie antes que seja tarde”. A proposta virou lei em Diadema e agora trabalhamos para que vire lei no ABCD e cidades próximas, com o objetivo de chegar a ser uma lei nacional.

Essas empresas sabem que estão expondo a comunidade a riscos?

Lage – Em parte sim. As grandes corporações sabem e minimizam esses riscos. Já as pequenas e médias empresas carecem de informação, orientação e apoio para assegurar suas instalações, a saúde dos trabalhadores, da comunidade e não prejudicar o meio ambiente. O problema é que a grande indústria transfere para terceiros as atividades mais perigosas e insalubres, em parte para fugir des-



Explosão seguida de incêndio na Di-all Química gerou proposta de lei aprovada em Diadema

sa responsabilidade. Mas felizmente o mundo todo está caminhando para responsabilidade da empresa sobre o seu produto durante todo o ciclo de vida, incluindo o transporte e o descarte final. Aqui no Brasil isso já acontece com os pneus e pilhas, por exemplo. E a sanção do projeto de lei que cria a Política de Resíduos Sólidos, pelo presidente Lula, caminha nessa direção.

Onde encontramos o risco químico?

Lage – O risco químico não está só na indústria química. A Di-all, por exemplo, não era indústria química, mas depósito e comércio de produtos de limpeza. Muitas indústrias utilizam químicos em seus processos, como a indústria da construção, embalagens, móveis. Temos os salões de beleza, na área de serviços, as lojas e depósitos de fogos de artifício, postos de combustíveis. Os químicos estão em todos os lugares, as ações preventivas não, por isso a importância das grandes empresas químicas reconhecerem essas questões e se anteciparem na regulação da segurança química. Existem iniciativas

voluntárias, o que é positivo, mas insuficientes.

O que é necessário para que essa lei de Diadema tenha um efeito prático, um efeito preventivo?

Lage – Precisamos de divulgação. Ela precisa ser amplamente divulgada aos membros do Comusp, aos membros dos Conseg (Conselhos Comunitários de Segurança) e para toda a população. O Sindicato veria com bons olhos uma colaboração da indústria nessa divulgação.

Seria uma ação de responsabilidade social?

Lage – Sim, um evento recente da indústria química nacional enfatizou a importância dessa nossa proposta de lei. Empresários apreciaram a idéia de ampliar o conceito de segurança química para segurança da comunidade, criando um canal de comunicação sobre risco de acidente industrial ampliado, de desmoronamento e inundações. Então as empresas poderiam contribuir nessa divulgação como uma ação prática de responsabilidade social.

Sindicato apresenta lei a vereadores

A lei que cria um canal de comunicação para os cidadãos informarem situações de risco às autoridades competentes, já em vigor em Diadema, pode ser estendida para demais municípios do ABCD e cidades próximas. Essa foi a disposição demonstrada pelos vereadores na reunião realizada pelo Sindicato dos Químicos do ABC (6/08), com presenças de Orlando Vitoriano (PT) de Diadema (autor do projeto aprovado), Expedito Ubiratan Tobias (PR) de Mogi das Cruzes, Edgard Nóbrega (PT) de São Caetano e Paulo Soares (PT) de Mauá.



Sindicato mantém atuação de vanguarda com nanotecnologias

Coerente com os 25 anos de história da Comsat (Comissão de Saúde do Trabalhador), o Sindicato dos Químicos do ABC segue antecipando desafios à saúde dos trabalhadores e ao meio-ambiente. É o caso do uso da nanotecnologia em processos produtivos, técnica que manipula a matéria na escala de átomos e moléculas.

A unidade de medida é o nanômetro, equivalente a um bilionésimo do metro. Moléculas em escala tão pequena têm grande relação superfície/volume, responsável por novas propriedades físicas e químicas de produtos. No ABCD, algumas empresas já pesquisam e utilizam a nova técnica, como a Braskem, a Oxiten e a EMS.

Onde está o perigo?

A ausência de estudos mais profundos sobre as nanotecnologias e seus possíveis riscos à saúde e ao meio-ambiente, levam cientistas a sugerir cautela na sua utilização. São pouco conhecidos os seus efeitos biológicos, especialmente sobre os trabalhadores da produção e o meio-ambiente.

Ação pioneira

Em seu 5º Congresso (2007), a CNQ (Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT) decidiu ampliar o debate sobre os reais impactos da nanotecnologia, e abrir um diálogo permanente com a sociedade, as universidades e as empresas.

Em 2008, a Secretaria de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente do Sindicato, em parceria com o Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho), organizou um debate sobre nanotecnologias, realizado no Sindicato.

Conquistas da ação sindical

O resultado dessas atividades



Mesa de encerramento do simpósio internacional que reuniu mais de 300 participantes para tratar dos impactos das nanotecnologias à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente, realizado em maio deste ano no auditório do Conselho Regional de Química, em São Paulo



Peça a sua no Sindicato ou acesse www.quimicosabc.org.br

culminou com uma reivindicação apresentada pela Fetquim na negociação coletiva dos químicos (em 2008) e dos farmacêuticos (em 2009). A cláusula exigia que as empresas informassem os membros da CIPA e do Sindicato sobre a utilização de materiais nanoestruturados. Além de disponibilizar informação sobre possíveis riscos à saúde dos trabalhadores e medidas de proteção adotadas.

O setor patronal aceitou incluir o tema, mas apenas como recomendação às SIPAT. Assim, as convenções coletivas dos químicos (clá-

sula 35) e a dos farmacêuticos (cláusula 36) são as primeiras do Brasil a incluir as nanotecnologias como tema nos cursos para trabalhadores, inclusive para CIPAs.

Para reforçar a formação da categoria, foi elaborada uma história em quadrinhos sobre a nova tecnologia no ramo químico mostrando como identificar e prevenir riscos à saúde e ao meio-ambiente.

Desde 2009, o Sindicato acompanha visitas técnicas às empresas que utilizam nanotecnologias no Brasil. No ABCD, já foram visitadas a Braskem e a Oxiten.

Luta agora é pela regulação pública

A partir desta exitosa ação sindical, o Sindicato passou a participar, através da assessoria técnica do DIEESE, do Fórum de Competitividade sobre Nanotecnologia, lançado pelo governo federal. O Fórum definiu o uso da nova tecnologia em áreas estratégicas, com o objetivo de concretizar a regulação pública e garantir a utilização da nova tecnologia no desenvolvimento do país, geração de empregos e produtos saudáveis e seguros.

Visita técnica garante prevenção de acidentes

Nos últimos doze meses o Sindicato, através da Secretaria de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, realizou cerca de 31 visitas técnicas nos locais de trabalho, beneficiando cerca de 9.000 trabalhadores.

Após a visita à fábrica, o Técnico de Segurança no Trabalho elabora um relatório detalhado que é entregue ao empresário e aos representantes dos trabalhadores (as). Sempre se recomenda que as sugestões de melhoria sejam discutidas e negociadas nas reuniões da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Depois, as sugestões devem ser inseridas nos programas de segurança da empresa, como o Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

O Sindicato acredita na possibilidade de produção com segurança e saúde no ambiente de trabalho. A visita técnica faz parte de um trabalho que busca garantir a prática da prevenção pelas empresas. Para solicitar uma visita, entre em contato com um representante do Sindicato ou da CIPA, ou ligue para 4433-5813 (Secretaria de Saúde).



COMPARANDO OS TAMANHOS

O rio Amazonas mede quase 7.000 quilômetros e é cheio de água. Uma gota de água que sai de uma torneira grande pode ter por exemplo 7 milímetros. Assim, uma gota de água perto de todo o comprimento do Rio Amazonas é como um nanômetro perto do metro.



gota d'Água

Rio Amazonas

VAPT e VUPT



www.marcioaraldi.com.br